

**ABC-DIÁRIO DE ANGOLA – UM BALUARTE DA OPOSIÇÃO
POSSÍVEL NA IMPRENSA COLONIAL PORTUGUESA DOS
ANOS 1960**

**ABC-DIÁRIO DE ANGOLA – A BULWARK OF THE OPPOSITION
POSSIBLE IN THE COLONIAL PORTUGUESE PRESS OF THE 1960s**

JOÃO MANUEL ROCHA

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa

gjoaorochoa@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6835-1163>

Texto recebido em / Text submitted on: 24/10/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 04/03/2021

Resumo:

Em vésperas da guerra colonial, em Luanda, o *ABC-Diário de Angola* explorava o distanciamento possível face ao regime de Salazar e à sua política ultramarina. Com uma abordagem inspirada em análise de conteúdo e de discurso de noticiário cruzada com pesquisa em arquivo, neste artigo identificam-se opções editoriais e propõe-se uma caracterização de um diário que chegou a ser visto no Ministério do Ultramar como uma «perigosa 5ª coluna». Reflete-se também sobre a singularidade que o jornal conseguiu ter no quadro do regime autoritário do Estado Novo. Sem o seu fundador, Machado Saldanha, o jornal evoluiria no final da década de 1960 para um alinhamento com as autoridades, tornando-se um arauto do marcelismo.

Palavras-chave:

Imprensa; jornalismo; colonialismo; Portugal; Angola.

Abstract:

On the eve of the colonial war in Luanda, the *ABC-Diário de Angola* sought ways to keep as far as possible from Oliveira Salazar's regime and its overseas policy. With an approach inspired by content and discourse analysis and with the support of research in archives, in this article we identify newspaper's options and practices, contributing to the characterization of a newspaper that came to be seen in the Ministry of Overseas as a «dangerous fifth column». We also reflect on the specificity that the title managed to have under the authoritarian regime of Estado Novo [New State]. Without his founder, the paper would evolve, at the end of the decade, into a government-aligned daily, becoming a herald of the last chief of the dictatorship.

Keywords:

Press; Journalism; Colonialism; Portugal; Angola.

Introdução

O *ABC-Diário de Angola* foi, ao longo da maior parte da década de 1960, motivo de preocupação para as autoridades do Portugal colonial. O Gabinete de Negócios Políticos (GNP) do Ministério do Ultramar recomendou várias vezes a criação de uma censura especial para o jornal e não escondia a perplexidade com as suas tentativas para divulgar notícias que considerava contrárias ao país. Chegou a manifestar à polícia política, a PIDE, o receio de que o diário fosse uma «quinta coluna».

Nos seus primeiros anos, o *ABC* foi indissociável da figura de Manuel Machado Saldanha, um «velho e honrado democrata», como o classifica um académico que na época ali trabalhou, Adelino Torres (2000: 23); um «corajoso liberal», como o apelida Adolfo Maria, redator em 1961-62⁽¹⁾. Antigo funcionário superior da administração colonial⁽²⁾, depois de se

Este trabalho foi apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia [Bolsa SFRH/BD/115274/2016].

(1) Entrevistado em Lisboa a 15-11-2016. Viria a ser dirigente do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), com o qual mais tarde rompeu.

(2) Desempenhou funções dirigentes na Guiné e em Cabo Verde e foi delegado de Cabo Verde na 1ª Exposição Colonial Portuguesa, realizada em 1934, no Porto, que teve como diretor técnico o então tenente Henrique Galvão.

aposentar Saldanha radicara-se em Luanda, onde desenvolveu atividade jornalística e empresarial e lançou o jornal, em 1958.

Neste artigo, em que se combinam resultados de uma leitura dos jornais inspirada na análise de conteúdo e na análise crítica de discurso com pesquisa documental no Arquivo Histórico Diplomático (AHD) e no Arquivo Nacional-Torre do Tombo (AN/TT) – bem como informações recolhidas em entrevista –, propõe-se uma caracterização do *ABC*, sustentando-se que, sob a batuta de Machado Saldanha, se afirmou como jornal do «contra».

A análise de conteúdo (Bardin 1979; Krippendorf 2004) é apropriada para detetar na imprensa a presença ou ausência de temas e sua frequência. Já a análise crítica de discurso, metodologicamente adequada pelas suas virtualidades na identificação de dimensões ideológicas nos discursos (Van Dijk 2005), contribui para sinalizar sutilezas nos discursos controlados pelos censores que, no caso concreto do Estado Novo, «por um lado impediam a difusão de ideias políticas não convencionais e, por outro, procuravam manter a estrutura moral tradicional» (Garcia 2009: 48).

O *corpus* jornais é composto pelas edições de agosto de 1960 do *ABC* e dos três outros diários que se publicavam em Luanda: *A Província de Angola*, o mais antigo e principal diário da colónia, veículo das aspirações autonomistas da sociedade colonial; o *Diário de Luanda*, controlado pelo partido único, União Nacional; e *O Comércio*, entusiasta da política colonial (Rocha 2019, 2020). Com o alargamento da análise ao conjunto dos jornais pretendeu-se identificar eventuais particularidades nas opções editoriais. A escolha do mês foi determinada por, nessa altura, terem ocorrido acontecimentos que se afiguraram adequados para testar a hipótese de singularidade do jornal. Em concreto: o primeiro dos três julgamentos em Luanda de nacionalistas angolanos, no que ficou conhecido para a História como o Processo dos 50; e a proclamação da independência de nove ex-colónias francesas em África. No caso do julgamento, que começou a 25 de julho, optou-se por alargar o *corpus*, procurando eventuais menções que lhe pudessem ter sido feitas em dias anteriores ao início, tendo a análise compreendido nesse caso o período entre 15 de julho e o fim de agosto. A constatação de diferenças no modo como os jornais noticiaram as comemorações de 15 de agosto – data da reconquista de Luanda aos holandeses, no século XVII – e o início dos cursos universitários de férias realizados nesse mês em Luanda, levou a

que também os títulos da cobertura jornalística dessas cerimônias fossem analisados numa perspectiva crítica de discurso.

O interesse pelo primeiro dos julgamentos do Processo dos 50 e pela sucessão de independências justifica-se pelo seu relevo no processo histórico angolano, no caso do primeiro, e do continente africano no seu todo, no segundo. O Processo foi na verdade composto por três processos que levaram a tribunal mais de meia centena de nacionalistas e opositores do regime presos em 1959. As prisões atingiram a generalidade dos grupos nacionalistas de Luanda, deixando-os quase completamente desorganizados (Alexandre 2017: 482), e tiveram relação próxima com o desencadear da luta armada – as cadeias da cidade estavam entre os alvos dos ataques de 4 fevereiro de 1961 e um dos objetivos dessa ação era libertar os presos (Medina 2005: 95; Mateus e Mateus 2011: 93).

A vaga de independências de 1960 deve ser entendida no contexto dos «ventos de mudança» que sopravam no continente africano – a expressão, usada poucos meses antes pelo então primeiro-ministro britânico Harold McMillan⁽³⁾, «ganhou enorme notoriedade e atormentou os poderes que continuavam a resistir às aspirações da maioria negra» (Oliveira 2011: 26), numa altura em que na Assembleia Geral das Nações Unidas se desenhava uma maioria de países afro-asiáticos favorável às pretensões independentistas.

A ausência de informações concretas sobre cortes da censura em agosto de 1960 impediu um confronto entre aquilo que foi submetido aos censores e o que naquele mês foi publicado. Contudo, a pesquisa em arquivo revelou-se profícua por ter sido encontrada documentação que, embora sobre fases posteriores ao período estudado, foi muito útil para caracterizar o *ABC*, particularmente o espólio do GNP – organismo que tinha entre as suas tarefas a análise de imprensa, e que, pouco depois do período estudado, começou também a fazer a apreciação de provas de censura remetidas pelo governo de Angola. Criado em 1959 para apoiar a ação ministerial em matéria de política ultramarina, «congregando habilmente censura e propaganda», esse gabinete do Ministério do Ultramar foi das «mais importantes instituições» do aparelho político-ideológico do Estado Novo, embora o seu papel tenha, até agora, sido pouco destacado (Castelo 2015: 467-68).

(3) Discurso no parlamento da África do Sul, Cidade do Cabo, 3-2-1960.

Não ignoramos que aquilo que foi considerado importante pelos inspetores da PIDE, ou por outros agentes do Estado Novo, pode não ser o que é relevante para o investigador (Cahen 2005: 1-2), nem que não só não há fontes neutras como não basta extrair e compilar dados empíricos ou analisar «cada documento *per se*» – é preciso atender ao contexto de produção e circulação, «fazer a crítica das fontes, cruzá-las, confrontá-las entre si, atentar ao que se passa à margem» (Castelo 2013: 17). Foi também por isso que cruzámos documentação de arquivo com análise de conteúdo e discurso e recorreremos a depoimentos recolhidos em entrevistas pessoais.

Os cartazes de Delgado

O *ABC-Diário de Angola* teve um arrastado processo de nascimento. O pedido para o lançar data de 1954. O Estado Novo tinha já realizado a sua «descolonização semântica» (Jerónimo e Pinto 2015: 54), com a revisão constitucional de 1951, que tornou as colónias em «províncias ultramarinas», num processo de afirmação de Portugal como país pluricontinental pensado para obviar a críticas externas. Começava também a ganhar forma, por essa altura, o primeiro dos planos de fomento lançados em 1953 pelo governo de Lisboa e que em Angola viria a traduzir-se em algumas ações de desenvolvimento infraestrutural.

É nesse contexto interno que, depois de ter deixado de ser acionista do *Diário de Luanda*, onde chegara a ser subdiretor, Machado Saldanha fez o pedido para lançar um novo jornal. Mas o então governador do território, Silva Carvalho, indeferiu o requerimento. O seu nome já suscitava reservas às autoridades. No ano anterior, a polícia política recebera a informação de que no *Diário de Luanda* predominavam indivíduos com «tendências separatistas e nativistas»: Machado Saldanha e Agnello Paiva, um experiente e conceituado jornalista⁽⁴⁾. Na resposta a um pedido de informações feito à Polícia de Segurança Pública de Angola⁽⁵⁾, a PIDE recebeu a indicação de que o ex-funcionário superior colonial

(4) Informação sobre *Diário de Luanda*, 15-4-1953, folha 135. AN/TT, PIDE, Serviços Centrais, SR 761/53, NT 2720.

(5) A delegação de Angola da polícia política foi formalmente constituída em 1954, mas a sua presença foi quase residual até 1957.

se dizia monárquico, mas que nele se notava uma «certa antipatia» pela «Situação», embora não tivesse sido «notada a sua presença» em anteriores campanhas eleitorais⁽⁶⁾.

Não se conformando com a recusa, Machado Saldanha – que fora também subdiretor d' *A Província de Angola*⁽⁷⁾, e tinha no currículo a condição de correspondente em Luanda da agência noticiosa norte-americana United Press⁽⁸⁾, recorreu para o Conselho Ultramarino⁽⁹⁾. O caso arrastou-se durante anos, até que o jornal acabou por ser autorizado: a 10 de junho de 1958 começou finalmente a publicar-se, como matutino, em formato *berliner*⁽¹⁰⁾, com maquete inspirada no jornal espanhol homónimo, aquele que era o quarto diário de Luanda e de toda a Angola.

No cabeçalho, como diretor oficial, surgia Manuel Monterroso Carneiro, que fizera carreira como administrador de empresas, designadamente na Companhia de Açúcar de Angola, e fora deputado pela colónia africana à Assembleia Nacional, entre 1953 e 1957. Acionista da sociedade proprietária, para o qual Saldanha vinha congregando apoios⁽¹¹⁾, cumpria a imposição legal de os diretores terem de ser licenciados⁽¹²⁾ e os requisitos de «idoneidade intelectual e moral» que lhes eram exigidos⁽¹³⁾, embora a PIDE viesse mais tarde, numa caracterização que fez da equipa do *ABC*, a considerá-lo «desafeto à situação política

(6) Informação n.º 1188/2ª/53/SS da 2ª Secção-Inf. E Cad, 9-5-1953, folha 132. AN/TT, PIDE, Serviços Centrais, SR 761/53, NT 2720.

(7) Informação Silvestre, 14-4-1956, folha 126. AN/TT, PIDE, Serviços Centrais, SR 761/53, NT 2720.

(8) Lista de correspondentes inscritos no final de 1953 no SNI (Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, que em 1944 sucedera ao Secretariado de Propaganda Nacional). AN/TT. Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, SR 761/53, NT 2720, Folha 133.

(9) Informação Silvestre, 14-4-1956, folha 128. AN/TT, PIDE, Serviços Centrais, SR 761/53, NT 2720.

(10) No caso concreto 48x30,5 cm. Mais tarde passaria ao formato tablóide.

(11) No final de 1960, as dez mil ações correspondentes a dez mil contos do capital da sociedade proprietária, que detinha também negócios de plásticos e uma livraria, estavam distribuídas por quase cinco dezenas de acionistas. Saldanha, com três mil, e Monterroso, com 950, eram os maiores. Cfr. Subsídios para o estudo da compra de uma posição acionista – (maioritária) 13 de Julho de 1961 Relatórios Diversos – Angola MU/GM/GNP/135/Pt.37.

(12) Decreto 12271, do Ministério das Colónias, de 3 de Setembro de 1926, conhecido como 'Lei João Belo', do nome do ministro da pasta.

(13) Decreto-Lei n.º 26589 – Diário do Governo n.º 112/1936, Série I de 14-05-1936.

vigente»⁽¹⁴⁾. Mas era um diretor ausente, que apesar de deslocações esporádicas a Angola residia em Lisboa desde 1945. O jornalista Acácio Barradas, que foi chefe de redação do *ABC* em duas fases, qualificou esse tipo de situação como escandalosa:

Alguns proprietários de jornais, não tendo licenciatura e precisando de um diretor, iam pedir a um amigo licenciado que desse o nome para o cabeçalho. Alguns ganhavam por isso, outros aceitavam por mera vaidade. Mas havia casos escandalosos. Por exemplo, o *ABC* teve como diretor um engenheiro que vivia em Lisboa e que nunca conheci (Correia e Baptista 2010: 62).

A demora na chegada às bancas não evitou que o lançamento do jornal fosse um arranque em falso. O *ABC* começou a publicar-se sem que todas as questões de funcionamento tivessem sido acauteladas, como depressa teve de reconhecer: a 13 de julho, ao número 29, anunciou uma interrupção e o regresso, a 1 de agosto, como vespertino⁽¹⁵⁾:

Como recordou Acácio Barradas, os cartazes do candidato presidencial Humberto Delgado na campanha para as eleições de 1958 foram impressos na tipografia do *ABC* e o jornal, que começou a publicar-se dois dias depois das presidenciais, «ficou logo muito ligado à oposição» (Correia e Baptista 2010: 52). «Não sendo verdadeiramente da oposição, era um jornal independente, tanto quanto possível. E em Luanda era o único que não alinhava nas hossanas ao regime» (id: 56). Era, no dizer de um autor que trabalhou no *ABC* e noutros títulos de Angola, um diário «de feição anti-salazarista», que teve «gravíssimos problemas com a censura» (Melo 1973: 173).

Marcas de desalinhamento

A análise de conteúdo das notícias do julgamento do Processo dos 50 permitiu concluir que o *ABC* foi o único diário que fez uma cobertura contínua do julgamento. O jornal acompanhou a par e passo as audiências, dedicando-lhe 11 notícias de dimensão variável, curtas

(14) Ofício secreto n° 765-G.U., 6-2-1962. Relatórios diversos – Angola. AHD, MU/GM/GNP/135/Pt.37.

(15) *ABC-Diário de Angola*, 13-7-1958: 1

na sua maior parte, entre 25 de julho e 11 de agosto⁽¹⁶⁾. Foi o único a levar o assunto à primeira página, ainda que, quando o fez, ou lhe foi permitido fazê-lo, tenha sido apenas para noticiar que nesse dia, o da leitura da sentença dos sete acusados, à hora de fecho da edição decorria ainda a audiência. No polo oposto, o *Diário de Luanda* e *A Província de Angola* fizeram uma única menção ao julgamento, com notícias discretas, em páginas interiores, sem grandes pormenores, no dia seguinte ao da leitura da sentença⁽¹⁷⁾. O *Comércio* referiu-se-lhe em três momentos – no início, quando foi interrompido e após a leitura da sentença⁽¹⁸⁾. Com a prudência que deve acompanhar a análise ao que é publicado sob censura, parece poder concluir-se que a maior prevalência do assunto no *ABC* deve ser encarada como resultado de uma intencionalidade editorial. Embora recorrendo à linguagem judicial e adotando um registo cronológico, o diário de Machado Saldanha foi também o que mais concretizou a natureza da acusação. Chegou a transcrever declarações de acusados, ainda que – como seria de esperar em contexto censório – não tenha mencionado alegações que fizeram na sala de audiências, designadamente que «as suas confissões tinham sido obtidas mediante torturas diversas e coacção» (Medina 2005: 83).

Relativamente às independências africanas de agosto de 1960, o *ABC* foi também o único a fazer uma cobertura sistemática, ainda que quase sempre discreta. Ao longo do mês foram proclamados oito estados, a que se somou a cisão da Federação do Mali, da qual o Senegal se autonomizou, declarando a sua independência. Atendendo a que a cisão deu origem, por si só, a 58 notícias nos diários de Luanda – uma noticiabilidade explicável pela «negatividade», um dos fatores que diferentes estudos sobre jornalismo⁽¹⁹⁾ indicam reforçar a probabilidade de um assunto se tornar notícia – considerou-se adequado focar a análise

(16) Edições de 25, 26, 27, 28 e 29 de julho; 1, 2, 3, 9, 10 e 11 de agosto. Na edição de 21-8, o assunto volta ao jornal, na coluna de um colaborador, Dutra Faria, diretor executivo da agência noticiosa metropolitana ANI, para contestar artigos publicados no estrangeiro sobre o assunto. Ao citar passagens de um artigo do jornal *Estado de S. Paulo*, para as repudiar, utiliza a expressão “O Processo dos Cinquenta”, que não fora anteriormente usada no diário de Angola.

(17) Edições de 11 de agosto.

(18) Edições de 26 e 30 de julho e 11 de agosto. Na edição seguinte, de dia 12, o jornal repete a notícia da véspera para corrigir um lapso na informação sobre a sentença.

(19) Na senda do trabalho seminal de Galtung e Ruge (1965).

apenas nas restantes oito independências⁽²⁰⁾. Procurou-se, desse modo, compreender a atenção prestada ao aparecimento de novos Estados sem a negatividade «inflacionadora» da cobertura jornalística.

O ABC assinalou a independência dos oito países e fez referência aos seus processos de adesão às Nações Unidas, embora apenas uma das 14 notícias que publicou, todas em registo telegráfico característico do estilo de agência, tivesse mais do que um parágrafo. Ainda assim, a regularidade da cobertura distingue-o dos demais jornais. Mais diferenciadora foi a sua edição de 29 de agosto, na qual publicou «Um mapa sobre a África actual» (figura 1), chamando a atenção para «a rapidez desconcertante com que se altera[va] a fisionomia do continente africano». Reproduzido do diário lisboeta *O Século*, ocupou o essencial da primeira página.



Figura 1 - Primeira página do ABC. 29 de agosto de 1960.
Fonte: Hemeroteca de Lisboa.

(20) Daomé, Níger, Alto Volta, Costa do Marfim, Chade, República Centro-Africana, República do Congo ex-francês e Gabão.

Maquetado a todas as cinco colunas, o mapa era acompanhado por um pequeno texto de enquadramento e de uma lista, que se prolongava para a última página, dos territórios africanos e indicação da sua natureza jurídica: «Estados independentes», com indicação de mês e ano da obtenção desse estatuto, «Territórios não independentes» e «Departamentos franceses e províncias espanholas e portuguesas». Embora usando o mapa d' *O Século*, que o publicara na sua última página, com uma pequena chamada na primeira, o *ABC* não só lhe deu um maior destaque como não o fez acompanhar de considerandos como os do diário lisboeta, que claramente subscreviam a política governamental:

Todos reconhecem que o grau de desenvolvimento atingido e a necessidade de explorar os recursos naturais da África e o esforço dos seus habitantes não autorizam a prescindir do concurso dos europeus que o colonizaram intensa e eficazmente⁽²¹⁾.

A análise de conteúdo permite também perceber que na restante imprensa diária as oito independências ocorridas em menos de três semanas tiveram uma atenção jornalística mais irregular e menor que no *ABC*: seis notícias no *Diário de Luanda*; sete n' *O Comércio*; e nove n' *A Província*. Mais do que os números, e do registo sempre breve, ressalta da análise o carácter avulso e descontínuo da cobertura feita por estes jornais. Em vários casos, os leitores, principalmente os do *Diário de Luanda*, apenas souberam das mudanças nas chamadas África Ocidental Francesa e África Equatorial Francesa dias depois da sua ocorrência e de modo indireto – indireto no sentido em que as notícias informaram menos sobre a proclamação propriamente dita do que sobre aspetos complementares ou laterais: o reconhecimento pelo governo português, o processo de admissão nas Nações Unidas, ou até a composição da delegação francesa enviada a uma das cerimónias.

Para além da maior atenção dada quer ao julgamento quer às proclamações de independência, a análise de conteúdo e de discurso permitiram identificar outros traços distintivos do *ABC-Diário de Angola*:

a) Era o único jornal que não publicava informação sobre audiências do presidente do Conselho, Oliveira Salazar, e do presidente da

(21) "A África Nova", *O Século*, 16-8-1960: 12.

República, Américo Tomás, nos quais apenas era divulgado o interlocutor, não o resultado nem o motivo da reunião. Ex:

Presidência do Conselho

Lisboa, 31 – O Presidente do Conselho trabalhou com o ministro o Ultramar. – L.⁽²²⁾.

b) Publicou, tal como *A Província de Angola*, artigos sobre culturas e vivências endógenas angolanas que, embora escassos, ganham relevo num quadro geral de ausência dessas temáticas. O *ABC* publicou dois artigos e o *Província* um⁽²³⁾, nenhum deles notícia⁽²⁴⁾. Nos outros dois diários não foi identificada qualquer referência do género.

c) Foi o jornal que adotou um maior distanciamento no relato das comemorações do 15 de agosto, designadamente do desfile militar realizado, abstendo-se do uso de adjetivos ou pontos de exclamação enfatizadores da retórica nacional-colonial:

ABC, 15/8:

«Luanda em Festa / com mais um / aniversário da Restauração».

Diário de Luanda, 16/8:

«Um imponente desfile militar / foi o acontecimento mais importante / do primeiro dia das Festas da Cidade / que se prolongarão até Dezembro».

A Província de Angola, 17/8:

«O importante desfile militar / constituiu o número mais empolgante / das comemorações do 312º aniversário da restauração / da soberania portuguesa em terras de Angola».

«Sós ou acompanhados ficaremos! / Ficaremos por dignidade própria, / por amor de Angola e amor de Portugal!».

(22) *O Comércio*, 1/8/1960: 1.

(23) No *ABC*, “Como tomei parte na investidura dum soba”, 2-8-1960: 1; e “De Cabinda escreveu Emídio Filipe: Digo adeus consigo maamá cabinda...”, 20-8-1960: 1. N’ *A Província*, “Lundas”, o artigo etnográfico publicado no número especial de 15-8-1960. Este jornal editou também um trabalho motivado pelo conflito no vizinho Congo ex-belga: “Etnografia - Balubas e Luluas”, 5-8-1960: 1.

(24) A única notícia que pode ser entendida como sinal de valorização da pessoa negra é internacional e surge no *ABC*: “Vai ser canonizado o primeiro santo negro da Igreja Católica”, 9-8-1960: 1.

O Comércio, 17/8:

«Comemorações do 15 de Agosto / O desfile militar de ante-ontem / decorreu com muito brilho / e foi apreciado por densa massa de povo / junto ao monumento de Salvador Correia / – Reis Ventura proferiu uma vibrante oração».

Finalmente,

d) nos títulos de primeira página em que relata o início dos cursos universitários de férias realizados em Luanda, o *ABC* privilegia a «novidade», ao contrário dos outros jornais que destacam os protagonistas políticos ou a mensagem doutrinária:

ABC, 16/8

«Trazer o Ensino Universitário / periodicamente às províncias ultramarinas / e pôr os professores em contacto directo com as realidades locais / de modo a que a universidade / conheça e avalie cada vez melhor / os problemas portugueses / seja onde for que eles se desenhem' / – tais são os objectivos primordiais do I Curso / Universitário de Férias, hoje inaugurado / segundo declarou o sr. prof. dr. Marcelo Caetano».

«Vem a Universidade / pela primeira vez a Angola / – esperamos que venha para continuar / e, um dia mais tarde, para ficar' / – afirmou o governador-geral, dr. Silva Tavares».

Diário de Luanda, 16/8

«Com o chefe da província / ocupando o lugar de honra / inauguram-se hoje / os Cursos de Férias Universitários».

A Província de Angola, 17/8

«Não defendemos apenas / as nossas pessoas ou os nossos bens / – defendemos a essência do próprio Portugal!' / afirmou ontem o sr. Governador-Geral / na inauguração solene / dos Cursos de Férias da Univer. de Lisboa».

O Comércio, 17/8

«O Ultramar está presente / nas universidades portuguesas / há nelas um forte desejo de colaborar / activamente na grande obra aqui em curso / – magistral lição proferida pelo Sr. Prof. Dr. Marcelo Caetano / Reitor da Universidade de Lisboa».

«'Estamos aqui para ficar! / Não defendemos apenas / as pessoas e os bens / mas a própria essência da Nação' / – afirmou o Sr. Governador-Geral / abrindo o Curso universitário de férias».

Leitura crítica das soluções jornalísticas

A cobertura jornalística dos temas escolhidos suscita várias reflexões: desde logo o contraste entre a atenção prestada pelo *ABC* ao julgamento do Processo dos 50 e às proclamações de independência e o quase completo alheamento dos restantes jornais; tal como, ao invés, a ausência no vespertino liderado por Machado Saldanha de telegramas sobre as audiências das mais altas figuras do Estado Novo.

Na perspetiva da Análise Crítica do Discurso, as ausências, do julgamento e das independências ou, ao contrário, da agenda de Oliveira Salazar ou Américo Tomás, são relevantes porque «a análise do 'não dito' é por vezes mais reveladora do que o estudo daquilo que é realmente expresso» (Van Dijk 2005: 66). Quer dizer que noticiar ou não noticiar, dar ou não visibilidade a um assunto, não é menos importante para a compreensão da ideologia subjacente – ideologia entendida aqui como conjunto de crenças ou valores – do que o modo como esse assunto é noticiado. Noticiar o julgamento é dar visibilidade à contestação ao poder colonial, da mesma forma que noticiar proclamações de independência é dizer, ainda que discretamente, que nem todos os casos são como o do vizinho ex-Congo belga, recém-independente e mergulhado nessa altura em convulsão.

Mas como é também pelo discurso que as ideologias, políticas ou outras, podem ser «transmitidas, normalizadas ou legitimadas» (Van Dijk 2005: 114), a análise dos títulos sobre as comemorações de 15 de agosto, designadamente o seu léxico, é igualmente importante para a caracterização do *ABC*. Essa análise revela um notório contraste entre o registo sóbrio daquele diário e a adesão dos outros jornais à narrativa do regime, expressa pelos adjetivos «imponente», «importante» e «empolgante», ou pelo substantivo «brilho».

Os matices que a análise revela entre jornais, e a especificidade de algumas das opções do *ABC* – a que se pode acrescentar a presença, embora escassa e também presente n' *A Província*, de registos sobre culturas endógenas – não faz do diário uma publicação explicitamente oposicionista, nem alheia ao sistema colonial. Muito do seu noticiário

não era diferente do que se encontrava nos outros diários, embora, como notou Adolfo Maria, o diário representasse o «sector mais aberto» da burguesia da colónia⁽²⁵⁾. Um friso de fotos de um baile da Cruz Vermelha, no qual «foram apresentadas à sociedade 14 debutantes» de «algumas das melhores famílias de Luanda»⁽²⁶⁾, é um exemplo da inserção do *ABC* na sociedade colonial, mas, como está amplamente documentado em informações e relatórios, quer o jornal quer o seu fundador eram encarados com desconfiança, tanto pelo GNP como pela polícia política.

O fantasma de uma «5ª coluna»

Já num momento posterior ao período escolhido para a análise, em abril de 1961, pouco depois do deflagar da guerra, Machado Saldanha foi proibido de residir em Angola e obrigado a seguir para Lisboa. A PIDE suspeitava que, entre outras atividades, em setembro do ano anterior, numa deslocação ao Gana, teria mantido contactos diretos com o Presidente Kwame N’Krumah⁽²⁷⁾. Em contra-corrente com todas as outras informações documentais consultadas, o governo-geral atribuiu-lhe nessa altura uma suposta disponibilidade para mudar o rumo do jornal, ou mesmo para o fechar, bem como para mediar contactos com a UPA⁽²⁸⁾, desde que pudesse ficar em Angola⁽²⁹⁾. O fundador do *ABC* acaba por ter de seguir para a metrópole, onde permanece até que, em setembro desse ano, o ministro do Ultramar, Adriano Moreira, a quem escrevera a expôr a sua situação, concluiu «não haver motivo legal para manter o afastamento»⁽³⁰⁾. No mesmo ano, a polícia política fez uma incursão nas instalações do jornal. «Estava lá eu há alguns meses quando a PIDE

(25) Entrevista a Adolfo Maria.

(26) *ABC*, edição de 26-8-1960.

(27) Ofício nº 1761/61-S.R. Confidencial, 22-4-1961. AN/TT, PIDE, Serviços Centrais, SR 761/53, NT 2720, folhas 84 e 85.

(28) União das Populações de Angola, mais tarde rebatizada como FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola).

(29) “Cópia dum telegrama endereçado pelo Governo-Geral a Sub. Admin – Lisboa, em 31-3-961”, AN/TT, PIDE, Serviços Centrais, SR 761/53, NT 2720.

(30) Ofício secreto, urgente, nº 34/B/6/4, enviado a 4-9-1961 pelo gabinete do ministro do Ultramar ao director da PIDE, folha 57. AN/TT, PIDE, Serviços Centrais, SR 761/53, NT 2720.

irrompeu por ali para prender uma série de tipógrafos negros que teriam participado no 4 de Fevereiro», recordou Adolfo Maria⁽³¹⁾.

Em janeiro de 1962, o diretor do GNP, Ângelo dos Santos Ferreira, manifestava à PIDE o receio de que os elementos ligados ao jornal fossem uma «perigosa 5ª coluna»:

Os cortes feitos naquele periódico pela Comissão de Censura à Imprensa de Angola, que mais recentemente chegaram ao nosso conhecimento, parecem demonstrar influência comunista e revelar também intuítos favoráveis à aproximação com os terroristas. Estes factos fazem-nos recear, que os elementos afectos a esse jornal constituam uma perigosa 5ª coluna, com cuja acção haverá que contar em qualquer contingência mais grave que venha a registar-se naquela Província⁽³²⁾.

O receio do diretor do GNP levou-o a pedir à PIDE informações sobre auxílios recebidos pelo jornal, a posição das entidades que prestavam essas ajudas «em relação à manutenção da soberania portuguesa em Angola», bem como sobre «relações existentes entre o pessoal que presta[va] serviço na redacção desse jornal e os elementos subversivos, que, no interior e exterior, visa[va]m a desagregação do Estado português»⁽³³⁾.

Na resposta, o diretor da PIDE, Homero de Matos⁽³⁴⁾, transcreveu informações da delegação de Angola, segundo a qual o *ABC* era, desde a fundação, «um baluarte da frente oposicionista» na província ultramarina. No jornal coexistiriam, segundo a polícia do regime, três tipos de alinhamentos: os próximos do dissidente Henrique Galvão, que no ano anterior liderara o desvio do paquete Santa Maria, entre os quais Machado Saldanha – descrito como «amigo íntimo» de Galvão – e os também acionistas Américo Aleixo e Mário Mota Veiga; os que estariam ligados à «linha do nacionalismo africano [personificada em] Mário Pinto de Andrade», caso de Acácio Barradas e do seu sogro Manuel Pereira do Nascimento; e os da «linha pró-comunista», a que eram associados os jornalistas Alfredo Margarido e Aníbal de Melo, o gestor e ex-militar António Antunes Cabrita e o tipógrafo e depois jornalista

(31) Entrevista a Adolfo Maria.

(32) Ofício secreto 77/15.009.900.023 (1) / 77/15.009.900.001 (4), 6-1-1962. Relatórios diversos – Angola. AHD, MU/GM/GNP/135/Pt.37.

(33) *Ib.*

(34) Ofício secreto n.º 765-G.U., 6-2-1962. Relatórios diversos – Angola. AHD, MU/GM/GNP/135/Pt.37.

Emílio Filipe. «Com a atuação deste conjunto e com um corpo técnico repleto de elementos quasi na totalidade de raça preta e mestiça, fácil é de prever o objectivo comum que os norteia – separar Angola da Mãe-Pátria». No mesmo ofício era dito que «sob a cobertura de jornal independente [o ABC chegava a] criticar, em alguns artigos» as posições oficiais portuguesas. Um dos exemplos que no mesmo ofício a PIDE dava do desalinamento do jornal prendia-se com os recentes acontecimentos em Goa: «Últimamente, na passagem do ano, publicou na primeira página, a fotografia duma mulher, com um texto em que se fazia a apologia do ‘reveillon’. Nessa altura, todos os jornais desta Província e do Mundo Português reflectiram o drama pungente da agressão a Goa».

A tolerância que a PIDE considerava existir para com o jornal era por ela atribuída aos serviços de censura de Luanda, que justificariam o facto de «deixar passar» notícias e artigos «bastante tendenciosos que se iam identificando com a onda de sublevação», com o argumento de ser o «único jornal ‘liberal’ que não era oportuno prejudicar, antes pelo contrário, conviria manter, para justificar no conceito internacional a liberdade de imprensa portuguesa». A Editorial ABC, com livraria na baixa de Luanda, era também mal vista pelas autoridades, por publicar livros de autores angolanos «todos eles de inclinação ‘pro-negritude’ e acentuadamente contrários ao ‘luso-tropicalismo’» – a tese do sociólogo Gilberto Freyre sobre uma suposta capacidade portuguesa para criar sociedades harmoniosas, que o regime primeiro rejeitara e de que agora se socorria para invocar a excecionalidade da sua colonização.

Um apelo do M.P.L.A.

Nos tempos que se seguiram à classificação pela PIDE do ABC como «baluarte da frente oposicionista», as apreciações sobre o vespertino variaram apenas no vocabulário. «A linha de rumo político deste jornal, é por demais conhecida. Não só a direcção como todo o seu corpo redactorial, militam sob a bandeira de ideais desafectos ao actual regime e com tendências vincadamente separatistas», escrevia o GNP em outubro de 1962. Uma recomendação constante dessa nota⁽³⁵⁾ era a necessidade de uma censura especial:

(35) Informação nº 127-SC/Ci (2), 19/10/1962. Relatórios diversos – Angola. AHD, MU/GM/GNP/135/Pt.37.

Sem uma censura à altura das circunstâncias, jornais da índole da do 'ABC' estão sempre na brecha para especulações sobre uma temática política das mais avançadas e impróprias, facto que já está a provocar grandes reparos entre os elementos politicamente sérios daquela cidade e mesmo junto de outros órgãos da imprensa de Luanda [...]

É certo que se trata de um jornal de relativamente curta expansão, mas é àvidamente lido pela facção oposicionista mais extrema da Província, que faz dele o seu oráculo de orientação política.

A opinião de que a censura ao *ABC* devia ser «confiada a pessoa com preparação e aptidões especiais» repetiu-se em vários momentos e continuava a existir em 1964⁽³⁶⁾.

Com frequência, o GNP juntava aos seus comentários exemplos de notícias do *ABC* barradas pela censura. «Continua a afinar pelo mesmo diapasão: nativismo, (não perde nunca o ensejo de dizer Portugal em vez de Metrópole⁽³⁷⁾, em oposição, por exemplo, a Angola) com referência a factos ou histórias através dos quais se pretende pôr em xeque a nossa política ultramarina», observava em fevereiro de 1964, explicitando:

Sempre que se julga asado lá vai uma referência aos elementos do MPLA ou a outros quaisquer 'dirigentes' dos restantes grupos 'emancipadores' de Angola – processo de os tornar conhecidos⁽³⁸⁾.

No gabinete de apoio à ação do ministro do Ultramar não havia dúvidas: o *ABC* era, entre os jornais de Luanda, o que mais se destacava «na forma dúbia» de relatar os acontecimentos. «Fazendo uso de uma linguagem que se considera perigosa na actual conjuntura, este vespertino é um elemento da Imprensa angolana que se revela de manifesto pouco interesse para a posição do Ultramar português», escrevia-se em abril de

(36) Apontamento n° 415.A, Confidencial, Assunto: "Imprensa ultramarina – relatório quinzenal", 15-2-1964. SR.119/Censura à imprensa em Angola 1959/JAN/09 -1968/NOV/14. AHD, MU/GM/GNP/119/Pt.2.

(37) «Portugal» e «Metrópole» estão sublinhados no original consultado. A alusão a Portugal seria uma forma de, por oposição, identificar Angola como uma realidade distinta.

(38) Apontamento n° 415.A, Confidencial, Assunto: "Imprensa ultramarina – relatório quinzenal", 15-2-1964. SR.119/Censura à imprensa em Angola 1959/JAN/09 -1968/NOV/14. AHD, MU/GM/GNP/119/Pt.2.

1964⁽³⁹⁾. No mesmo Apontamento eram dados exemplos de informações que o jornal pretendeu publicar a 15 de março daquele ano: uma notícia com o título «Um apelo do M.P.L.A.», sobre uma sugestão daquele movimento para uma conferência destinada a unificar os movimentos anti-portugueses; e, «também a título largo, [uma notícia] do encontro entre Humberto Delgado e Amílcar Cabral⁽⁴⁰⁾, a qual também foi cortada». No comentário à primeira das notícias, o funcionário do GNP não escondeu a sua perplexidade: «Não podemos entender como é que a redacção de um jornal se permite publicar notícias deste tipo. O 'A.B.C.' ultrapassa por vezes os limites do bom senso e das conveniências».

Machado Saldanha morreu em junho de 1964, em Lisboa. No imediato, o jornal continuou a dar preocupações às autoridades coloniais. No início de 1967, pela análise de provas censuradas, o GNP considerava «iniludível» a «persistência» com que ia «tentando a publicação» de notícias ou desfavoráveis ao governo, «ou concernentes ao movimento de oposição ao Governo ou, ainda, às reuniões e declarações de movimentos e elementos afectos ao terrorismo»⁽⁴¹⁾. No mesmo Apontamento notava que embora nalguns casos outros jornais procurassem publicar notícias de agência semelhantes às censuradas ao *ABC*, os textos deste não eram suavizados – mormente os «mais desfavoráveis» –, por soluções como as que a censura identificava noutros títulos da imprensa, designadamente a subordinação dessas notícias a «títulos reveladores do desacerto e incoerência das críticas» ou uma «acentuação irónica» que pusesse «o leitor de sobreaviso contra o que vai [ia] ler».

Porém, tendo então como diretor Francisco Braga Paixão, um coronel na reserva, o *ABC* estava em transformação, ainda que a fama de ser «do contra» viesse a servir à PIDE para o usar como incubadora para o *Tribuna dos Musseques* – um semanário idealizado pela polícia política, integrado em ações psicológicas concebidas para conquistar apoio africano para a causa colonial, que o jornal que fora de Machado Saldanha começou a publicar como suplemento em maio desse ano de 1967. Três anos mais

(39) Apontamento s/nº, Confidencial: Imprensa ultramarina – recortes sujeitos à censura – relatório mensal. Elementos entrados de 15 de Março a 15 de Abril, s/ data, Carlos Eduardo Machado. AHD, MU/GM/GNP/119/Pt.2.

(40) Delgado era então a principal referência da oposição portuguesa, Cabral liderava desde o ano anterior a guerrilha na Guiné-Bissau.

(41) Apontamento, nº 640, Censura à Imprensa Ultramarina – II/67, sem data concreta. Confidencial, Pessoa Amorim. Apontamentos confidenciais. AHD, MU/GM/GNP/159. pt6 c.

tarde, um documento manuscrito, constante da documentação do GNP, atestava a mudança:

Tradicionalmente conhecido por ser um jornal da ‘esquerda’, obviamente mudou de atitude ideológica quando passou a ser propriedade do grupo ‘União’ (J. Carvalho e Eurico Motta-Veiga⁽⁴²⁾). A sua redacção foi ‘expurgada’ de elementos esquerdistas [...] pretendendo os seus proprietários que o jornal agora se situa ao ‘centro’⁽⁴³⁾.

O *ABC* adotara «um ‘cunho’ profundamente ‘marcellista’». «Nunca perde uma oportunidade de destacar em 1ª página todo e qualquer assunto relacionado com Sua Exa. o Prof. Marcello Caetano, sendo neste aspeto o jornal que mais se evidencia, seguido pela *Província de Angola*.⁽⁴⁴⁾». Em 1971 foi comprado pela proprietária do *Diário de Luanda*. Nesse mesmo ano deixou de publicar-se, ressurgindo de modo efémero em 1974 (Melo 1993: 175).

Conclusões e pistas de reflexão

Uma primeira conclusão mais geral deste trabalho decorre da constatação de que a mobilização de contributos teóricos e metodológicos de diferentes campos do saber, própria das ciências sociais, é uma abordagem que, a partir de um caso concreto, sustenta a necessidade de repensar a relação entre Salazar, Estado Novo e comunicação social para além da equação «que tem prevalecido demasiado simplificada pela sua redução a um modelo linear, mecanicista e determinista» (Garcia et al. 2017: 14). Nessa relação, para além de não ser considerado o meio, ou suporte de transmissão, é negligenciado «o contexto social mais amplo, no qual se produzem os atos de comunicação» (id).

No que em concreto diz respeito ao foco deste artigo, a caracterização do *ABC-Diário de Angola*, os resultados da análise ao noticiário e a consulta

(42) União era a União Comercial de Automóveis. J. Carvalho era Joaquim Carvalho que, tal como Eurico Mota Veiga, integrava o grupo inicial de acionistas.

(43) Notas manuscritas sem data, com referências que permitem situá-las em 1970. Tópicos – Imprensa da Província de Angola. AHD, PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0280/UI07911.

(44) *Ib.*

de correspondência e documentos trocados entre as autoridades – designadamente os exemplos de cortes da censura – confirmam que foi, durante boa parte dos anos 1960, um caso singular na imprensa diária de Luanda, o que é relevante se atendermos ao trabalho de «normalização» da imprensa prosseguido pelos aparelhos propagandístico e censório do regime.

A singularidade do jornal traduz-se no modo sistemático como, ao contrário dos outros diários, acompanhou o primeiro dos julgamentos do Processo dos 50 e a vaga de independências de agosto de 1960, bem como o alheamento a que votava a agenda dos chefes do governo e do Estado. No que diz respeito aos novos Estados africanos, a relativa invisibilidade que assumiu deve ser entendida à luz de uma «política altamente centralizada [que] impôs o corte dos artigos, notícias e reportagens sobre todos os aspectos da conjuntura internacional que se revelassem suscetíveis de pôr em causa o modelo vigente» (Pinto 2011: 388). Podendo ser uma hipótese explicativa para a escassa visibilidade das independências, a asserção ganhará em ser testada com estudos empíricos sobre diferentes momentos e temáticas internacionais e com uma análise comparativa entre o que era publicado nos diários da colónia e nos da metrópole. O contraste entre o registo noticioso sóbrio do *ABC* nas comemorações de 14 de agosto, que destoa das soluções adotadas pelos concorrentes, que não poupavam na exaltação patriótica, reforça a tese de uma especificidade do vespertino.

Embora limitada, a atenção que o jornal de Machado Saldanha dava a temáticas da cultura e vivência locais – um dado relevante num quadro geral de ausência dos africanos da agenda e conteúdos jornalísticos (Fonseca 2019: 262), que sublinha a natureza colonial dos projetos editoriais – é outro dos traços que o distingue dos outros jornais.

Por opções e omissões, até bem dentro da década de 1960, o *ABC-Diário de Angola* foi um caso à parte na imprensa diária da Angola, cultivando um distanciamento possível face ao poder político. A sua especificidade, por vezes expressa em subtilezas, é importante por indiciar uma dissonância no quadro de uma imprensa que a partir de meados da década de 1930 «foi forçada a apoiar o projeto colonial e as suas políticas» (Fonseca 2017a: 156) e em que as publicações autorizadas pelas autoridades foram relevantes «para a durabilidade do regime, visto que, através dos seus conteúdos» desempenharam um «papel de alicerce do Estado Novo, contribuindo assim para o enquadramento político e ideológico da sociedade colonial» (Fonseca 2017b: 281).

A singularidade do jornal tem de ser pensada no contexto mais amplo, como atrás sustentamos: a fase final do período que mediou entre o final da II Guerra Mundial, em 1945, e o início da década de 1960, uma etapa de «diversificação do regime» (Cruz 1988: 38), de abertura ao «Ocidente e às relações internacionais» (Torgal 2009: 344-345), em resultado da afirmação, desde meados da década de 1950 de uma «corrente modernizadora no seio do regime» que viria a perder terreno com o endurecimento e crispação induzidos pela guerra (Oliveira 2011: 28). Concretamente em Angola, por altura da eleição presidencial de 1958 a ideia prevalecente entre elites brancas era a de «alcançar a independência de Angola, de forma pacífica e de comum acordo com o governo metropolitano, que se pretendia democrático» (Pimenta 2008: 70).

Um tal contexto – bem como a natureza de um regime que tendo Salazar como figura tutelar aglutinava diversas linhas ideológicas (Torgal 1997: 31; Rosas 2001: 1032; Adinolfi e Pinto 2014: 165) e teve nas «rivalidades pessoais e de facção» uma das suas características (Oliveira 2011: 28-29) – poderia ser uma hipótese explicativa para o facto de um jornal inicialmente rejeitado acabar por ser autorizado. No que diz respeito à tolerância para com o *ABC* que a PIDE atribuía à censura de Luanda, embora seja de admitir que, por vezes, pudesse ocorrer uma espécie de negociação entre responsáveis dos jornais e censores para atenuar o rigor dos cortes, semelhante à que na mesma década foi sinalizada em Lisboa (Rego 1969: 27), a já atrás referida política de cortes «altamente centralizada» sobre o que pudesse pôr em causa o modelo vigente (Pinto 2011: id) torna mais plausível como explicação para essa tolerância o entendimento de que a existência de jornais com «diferentes identidades políticas, algumas contrárias ao regime, servia para sinalizar os principais grupos políticos, dar-lhes um espaço de respiração e criar a ilusão colectiva, útil sobretudo para efeitos de exportação, de que Portugal não era uma ditadura e até possuía imprensa oposicionista» (Baptista 2012: 159).

Moldado por Machado Saldanha, tendo ou não uma tal utilidade para o regime ditatorial, o *ABC* foi, durante alguns anos, «o jornal mais próximo da oposição portuguesa na colónia» (Pimenta 2013: 190); um «jornal de ideias oposicionistas» (Pinto 2019: 702), um bastião da oposição possível, num Estado Novo «que fez da manutenção do seu império colonial a sua grande cruzada» (Torgal 2009: 364-365).

Sem o fundador, também o *ABC* se tornou mais permeável ao poder político colonial. Embora não tenham sido encontrados dados sobre

alterações na estrutura acionista após a morte de Saldanha, o GNP relaciona a mudança na orientação editorial com a preponderância assumida na estrutura acionista por Joaquim Carvalho e Eurico Mota Veiga e a purga de elementos esquerdistas – um dado que confirma a importância de em análises que tomam a imprensa como objeto considerar tanto as condições de produção como a propriedade. Estudar o *ABC*, tal como a outra imprensa, é procurar vislumbrar o papel que esta possa ter nos processos históricos concretos em que se insere. No caso da Angola do final da colonização, o exemplo deste vespertino evidencia que sob a aparência de monolitismo se desenvolveram, ainda que não completamente, nem de modo permanente nem continuado, dinâmicas de sentido sociopolítico diverso.

Bibliografia

- Adinolfi, Goffredo, Pinto, António Costa (2014). “Salazar’s ‘New State’: The Paradoxes of Hybridization in the Fascist Era”, in António Costa Pinto, Aristotle Kallis (eds), *Rethinking Fascism and Dictatorship in Europe*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 154-175.
- Alexandre, Valentim (2017). *Contra o Vento – Portugal o Império e a Maré Anticolonial*. Lisboa: Temas e Debates-Círculo de Leitores.
- Baptista, Carla (2012). *Apogeu, Morte e Ressurreição da Política nos Jornais Portugueses – do século XIX ao marcelismo*. Lisboa: Escritório Editora.
- Bardin, Laurence (1979). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Cahen, Michel (2005). “Arquivos coloniais, arquivos colonialistas? Os fundos de arquivos coloniais da PIDE/DGS e outros, como fontes históricas”, in Maria de Lurdes Henriques (IANTT), *IVº Seminário internacional de Arquivos de tradição ibérica, Instituto dos Arquivos Nacionais*. Torre do Tombo; Associação latino-americana de Arquivos. URL: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-02963483> (acesso a 24/02/2021).
- Castelo, Cláudia (2013). *As fontes coloniais portuguesas na perspectiva do historiador*. Lisboa, Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL) do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 15-18, URL: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/5343/1/CASTELO_As%20fontes%20coloniais%20portuguesas.pdf (acesso a 24/02/2021).
- Castelo, Cláudia (2015). “A Mensagem Luso-Tropical do Colonialismo português tardio: o Papel da Propaganda e da censura”, in Moisés

- de Lemos Martins (coord.), *Lusofonia e Interculturalidade – Promessa e Travessia*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 433-449.
- Correia, Fernando, Baptista, Carla (2010). *Memórias Vivas do Jornalismo*. Lisboa: Caminho.
- Cruz, Manuel Braga da (1988). *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Fonseca, Isabel de Ataíde (2017a). “The Press and Empire in Portuguese Africa 1842-1926”, in José Luís Garcia, Chandrika Kaul, Filipa Subtil, Alexandra Santos (eds.), *Media and the Portuguese Empire*. Cham: Palgrave Macmillan, 145-159.
- « – » (2017b). “O Intransigente: a imprensa de Angola e a durabilidade do Estado Novo”, in José Luís Garcia, Tânia Alves, Yves Léonard (coord.), *Salazar, o Estado Novo e os media*. Lisboa: Edições 70, 263-281.
- « – » (2019). *A imprensa e o Império na África Portuguesa, 1842-1974*. Lisboa: Edições 70.
- Galtung, Johan, Ruge, Mari Holmboe (1965). “The Structure of Foreign News The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in Four Norwegian Newspapers”, *Journal of Peace Research*, 2 (1), 64-90.
- Garcia, José Luís (2009). “Sobre a censura em Portugal”, in José Luís Garcia (org.), *Estudos sobre os jornalistas portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 47-61.
- Garcia, José Luís et al. (2017). “Salazar, o Estado Novo e os media: Introdução a uma nova agenda de investigação”, in José Luís Garcia, Tânia Alves, Yves Léonard (coord.), *Salazar, o Estado Novo e os media*. Lisboa: Edições 70, 9-23.
- Jerónimo, Miguel Bandeira, Pinto, António Costa (2015). “Modernizing Empire? Politics, Culture, and Economy in Portuguese Late Colonialism”, in Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto (eds), *The Ends of European Colonial Empires, Cases and Comparisons*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 51-80.
- Krippendorff, Klaus (2004). *Content Analysis: An Introduction to Its Methodology* (second edition). Thousand Oaks: Sage.
- Mateus, Dalila Cabrita, Mateus, Álvaro (2011). *Angola 61 – Guerra Colonial: Causas e Consequências*. Alfragide: Texto Editores.
- Medina, Maria do Carmo (2005). *Angola: Processos políticos da luta pela independência*. Coimbra: Edições Almedina.

- Melo, A. Borges de (1993). *História da Imprensa de Angola*. Queimados-Rio de Janeiro: Semana Ilustrada.
- Oliveira, Pedro Aires (2011). "Harold Macmillan, os «Ventos de Mudança» e a crise portuguesa (1960-1961)", *Revista Relações Internacionais*, 30, 21-38.
- Pimenta, Fernando Tavares (2008). "Nacionalismo Euro-Africano em Angola – uma Nova Lusitânia?", in Luís Reis Torgal, Fernando Tavares Pimenta e Julião Soares de Sousa (coord.), *Comunidades Imaginadas, Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 59-74.
- « – » (2013). "Identidades, sociabilidades e urbanidades na África Colonial Portuguesa: Angola e Moçambique", in Matteo Pasetti (ed.). *Tra due crisi Urbanizzazione, mutamenti sociali e cultura di massa tra gli anni Trenta e gli anni Settanta*. Bologna: Archetipolibri, 183-200.
- Pinto, Alberto Oliveira (2019). *História de Angola – da Pré-História ao Início do Século XXI*. (3ª edição). Lisboa: Mercado das Letras Editores.
- Pinto, José Filipe (2011). *Segredos do Império da Ilusitânia: A Censura na Metrópole e em Angola*. Coimbra: Edições Almedina.
- Rego, Raul (1969). *Horizontes Fechados*. Lisboa: Edição do Autor.
- Rocha, João Manuel (2019). "Os jornais diários de Luanda em vésperas da guerra colonial", *Ler História*, 74, [Online], URL: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/4898> (acesso a 27/02/2021).
- Rocha, João Manuel (2020). "Looking at Africa with Lisbon Eyes, The 'wind of change'", *Media History*, DOI: 10.1080/13688804.2020.1804344
- Rosas, Fernando (2001). "O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo", *Análise Social*, vol. XXXV (157), 1031-1054.
- Torgal, Luís Reis (1997). "'Estado Novo' em Portugal: Ensaio de reflexão sobre o seu significado", *Estudos Ibero-Americanos, PUCRS*, v. XXIII, n.º 1, 5-32.
- « – » (2009). *Estados novos, estado novo: ensaios de história política e cultural*, vol. I (2ª ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Torres, Adelino (2000). "Preâmbulo", in Sócrates Dáskalos, *Um Testemunho para a História de Angola – Do Huambo ao Huambo*. Lisboa: Veja, 9-32.
- Van Dijk, Teun A. (2005). *Discurso, Notícia e Ideologia. Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Porto: Campo das Letras.